

Coleção que procura reunir tratados sucintos, mas exatos, sobre as várias disciplinas do saber, num equilíbrio entre o rigor académico e a divulgação dos temas junto de um público menos especializado.



1. *Compêndio de Sociologia*, Lucia Demartis
2. *Elementos de Antropologia Social e Cultural*, Jean-Paul Colleyn
3. *História das Ideias Políticas – Vol. I*, Dmitri Georges Lavroff
4. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Nuno Ferreira Bicho
5. *Psicologia Social*, J-P. Leyens e Vincent Yzerbyt
6. *Noções de Lógica*, Philippe Thiry
7. *Compêndio de Literatura Grega*, Jacqueline de Romilly
8. *Lógica Elementar*, Desidério Murcho

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	15
<i>Agradecimentos da terceira edição</i>	17
1. Introdução: Significado e referência	19
Sinopse	19
Significado e compreensão	19
A teoria referencial	22
Resumo	26
Questões	26
Leitura complementar	27

PARTE I REFERÊNCIA E REFERIR

2. Descrições definidas	31
Sinopse	31
Termos singulares	32
A teoria das descrições de Russell	36
Objecções à teoria de Russell	46
A distinção de Donnellan	53
Anáfora	60
Resumo	62
Questões	63
Leitura complementar	65
3. Nomes próprios: A teoria descritivista	67
Sinopse	67
Frege e os quebra-cabeças	68

A tese dos nomes de Russell	72
Objecções iniciais	75
A teoria dos agregados de Searle.	78
A crítica de Kripke.	79
Resumo	85
Questões	86
Leitura complementar	87
4. Nomes próprios: Referência direta e a teoria histórico-causal . . .	89
Sinopse	89
Mundos possíveis	90
Rigidez e nomes próprios	92
Referência direta	95
A teoria histórico-causal	106
Dificuldades da teoria histórico-causal	109
Termos para categorias naturais e a «Terra Gémea».	115
Resumo	118
Questões	118
Leitura complementar	122

PARTE II

TEORIAS DO SIGNIFICADO

5. Teorias tradicionais do significado	125
Sinopse	125
Teorias ideacionais	127
A teoria proposicional	130
Resumo	139
Questões	139
Leitura complementar	140
6. Teorias do «uso»	141
Sinopse	141
O «uso» num sentido aproximadamente wittgensteiniano	142
Objecções e algumas respostas	146
Inferencialismo	151
Resumo	153
Questões	154
Leitura complementar	154

ÍNDICE

7. Teorias psicológicas: O programa de Grice.	159
Sinopse	159
A ideia básica de Grice	160
Significado do locutor	162
Significado frásico	168
Resumo	175
Questões	176
Leitura complementar	177
8. Verificacionismo	179
Sinopse	179
A teoria e os seus motivos	179
Algumas objeções	182
A grande objeção	190
Duas questões quinianas	191
Resumo	193
Questões	194
Leitura complementar	195
9. Teorias das condições de verdade: O programa de Davidson	197
Sinopse	197
Condições de verdade	198
Definir a verdade em linguagens naturais	206
Objeções à versão davidsoniana	211
Resumo	217
Questões	217
Leitura complementar	219
10. Teorias das condições de verdade: Mundos possíveis e semântica intensional	221
Sinopse	221
Uma nova conceção de condições de verdade	222
Vantagens relativamente à perspectiva de Davidson	226
Objeções remanescentes	231
Resumo	234
Questões	234
Leitura complementar	235

PARTE III
PRAGMÁTICA E ATOS DE FALA

11. Pragmática semântica	239
Sinopse	239
Pragmática semântica e pragmática pragmática	240
O problema da dêixis.	242
O trabalho da pragmática semântica	248
Resumo	250
Questões	251
Leitura complementar	252
12. Atos de fala e força ilocutória	253
Sinopse	253
Performativas.	254
Ilocução, locução e perlocução	256
Infelicidades e regras constitutivas	260
O problema de Cohen	263
Teorias ilocutórias do significado	266
Resumo	268
Questões	268
Leitura complementar	270
13. Relações de implicatura.	271
Sinopse	271
Significados transmitidos e inferências convidadas	272
Implicatura conversacional	275
Teoria da relevância.	282
Pressuposição e implicatura convencional	287
Força indireta.	292
Resumo	295
Questões	296
Leitura complementar	299

PARTE IV
O EXPRESSIVO E O FIGURATIVO

14. Linguagem expressiva.	303
Sinopse	303

ÍNDICE

O expressivo em si	305
Ironia e sarcasmo	306
Linguagem pejorativa	315
Resumo	320
Questões	321
Leitura complementar	323
15. Metáfora	325
Sinopse	325
Um preconceito filosófico	326
As questões	328
A teoria causal de Davidson	329
A teoria ingênua do símile	331
A teoria figurativa do símile	334
A teoria pragmática	338
Simulação	345
A perspectiva da relevância	347
Metáfora como analogia	349
Resumo	351
Questões	352
Leitura complementar	355
<i>Glossário</i>	357
<i>Bibliografia</i>	361

PREFÁCIO

Como o título dissimuladamente sugere, este livro é uma introdução às questões centrais da filosofia contemporânea da linguagem. A filosofia da linguagem tem estado muito em voga desde o começo do século XX, mas só a partir dos anos sessenta desse século começaram as questões a surgir em alta-definição.

Um desenvolvimento crucial dos últimos quarenta anos é a atenção que os filósofos da linguagem dão à gramática ou sintaxe formais, tal como são articuladas pelos linguistas teóricos. Pessoalmente, considero esta atenção vital para o êxito do filosofar sobre a linguagem e, na minha investigação, dedico-lhe o máximo de atenção de que sou capaz. Com muita pena minha, contudo, não fiz disso um tema deste livro. Com restrições implacáveis de espaço, não poderia dedicar as páginas necessárias para explicar os elementos básicos da sintaxe formal sem ter de omitir a apresentação de algumas questões filosóficas que considero essenciais para a competência na área.

Desde 1980, aproximadamente, alguns filósofos da linguagem viraram-se para a filosofia da mente, e alguns entregaram-se à exploração metafísica da relação, ou ausência de relação, entre a linguagem e a realidade. Estas viragens captaram o interesse de muitos filósofos, e alguns excelentes manuais dedicaram-se a uma ou a ambas (por exemplo, Blackburn, 1984; Devitt e Sterelny, 1987). Mas essa não foi a minha escolha. Independentemente dos méritos desses géneros de abordagem, não vejo que nos ajude o suficiente a compreender os mecanismos especificamente linguísticos da própria filosofia da linguagem, nem as suas questões nucleares. Este livro concentrar-se-á nesses mecanismos e questões. (Os leitores que

desejem avançar na metafísica ou na filosofia da mente devem consultar, respetivamente, os livros de Michael J. Loux e Thomas M. Crisp, *Metaphysics*, e de John Heil, *Filosofia da Mente**, ambos da coleção Routledge Contemporary Introductions.)

Muitos dos meus capítulos e secções assumirão a forma de apresentação de dados pertinentes para um fenómeno linguístico, expondo a teoria de alguém sobre tal fenómeno, apresentando e avaliando depois as objeções a essa teoria. Sublinho aqui, visto que nem sempre terei espaço para o fazer no texto, que em cada caso o que apresento de forma resumida ao leitor são apenas os *lances iniciais* expostos pelos diferentes teorizadores e pelos seus oponentes e objetores. Em particular, duvido que qualquer das objeções a qualquer das teorias seja fatal; os proponentes das teorias são extraordinariamente bons a evitar ou refutar objeções. A verdadeira teorização começa quando este livro acaba.

Usei alguma notação da lógica formal, especificamente o cálculo de predicados, pois quem a conhece verá alguns aspetos mais claramente. Mas expliquei sempre igualmente o seu significado em português.

Muitos dos escritos a discutir neste livro encontram-se nas seguintes antologias: T. Olszewsky (ed.), *Problems in the Philosophy of Language* (Austin, Texas, Holt, Rinehart & Winston, 1969); J. F. Rosenberg e C. Travis (eds.), *Readings in the Philosophy of Language* (Englewood Cliffs, Nova Jérsea, Prentice-Hall, 1971); D. Davidson e G. Harman (eds.), *The Logic of Grammar* (Encino, Califórnia, Dickenson, 1975); R. M. Harnish (ed.), *Basic Topics in the Philosophy of Language* (Englewood Cliffs, Nova Jérsea, Prentice-Hall, 1994); A. Martinich e D. Sosa (eds.), *The Philosophy of Language*, 6.^a edição (Oxford, Oxford University Press, 2012), assim como nas edições anteriores; P. Ludlow (ed.), *Readings in the Philosophy of Language* (Cambridge, Massachusetts, Bradford Books/MIT Press, 1997); A. Nye (ed.), *Philosophy of Language — The Big Questions* (Oxford, Basil Blackwell, 1998); M. Baghramian (ed.), *Modern Philosophy of Language* (Nova Iorque, Counterpoint Press, 1999); R. Stainton (ed.), *Perspectives in the Philosophy of Language* (Peterborough, Ontário, Broadview Press, 2000).

* Lisboa, Instituto Piaget, 2001. [N. do T.]

1. INTRODUÇÃO

SIGNIFICADO E REFERÊNCIA

Sinopse

Que certos tipos de marcas e ruídos têm *significado* e que os seres humanos os apreendem sem sequer pensar sobre isso são factos notáveis. Uma teoria filosófica do significado deve explicar o que é isso de uma sequência de marcas ou ruídos ter significado e, mais em particular, o que é isso em virtude do qual a sequência tem o significado distinto que tem. A teoria deve também explicar como é possível os seres humanos produzirem e compreenderem elocuições com significado, fazendo-o sem esforço algum.

Uma ideia comum é que as palavras e outras expressões linguísticas mais complexas têm significado, porque estão em lugar de coisas do mundo. Apesar de parecer senso comum e de ser atraente à primeira vista, mostra-se bastante facilmente que esta teoria referencial do significado é inadequada. Para começar, comparativamente poucas palavras estão, na verdade, em lugar de coisas do mundo. Além disso, se todas as palavras fossem como nomes próprios, servindo apenas para selecionar coisas individuais, não conseguiríamos, desde logo, formar frases gramaticais.

Significado e compreensão

Não há muitas pessoas que saibam que, em 1931, Adolf Hitler foi aos EUA, no decurso da viagem visitou vários pontos de interesse, teve, em Keokuk, Iowa, um breve caso amoroso com uma senhora

de nome Maxine, experimentou mescal (que o fez ter alucinações com hordas de rãs e sapos que calçavam botinhas vermelhas e cantavam o *Horst Wessel Lied*), infiltrou-se numa fábrica de munições perto de Detroit, encontrou-se secretamente com o vice-presidente Curtis para tratar de futuros compromissos comerciais relativos às peles de foca, e inventou o abre-latas elétrico.

Há uma boa razão para não haver muitas pessoas que saibam de tudo isso: nada é verdadeiro. Mas o que há de notável é que agora mesmo, conforme lia a minha frase de abertura — chamemos-lhe frase 1 —, o leitor a *compreendeu* perfeitamente, esteja ou não disposto a aceitá-la, e fê-lo sem o mínimo esforço consciente.

Notável, afirmei. Provavelmente, não lhe parece notável nem surpreendente, mesmo depois de ter dado conta do facto. Estamos tão habituados a ler palavras e frases e a compreendê-las imediatamente, que nos parece quase tão natural como respirar ou comer ou caminhar. Mas como compreendeu o leitor a frase 1? Não é por a ter já visto; estou certo de que nunca na história do universo alguém escreveu ou proferiu aquela frase particular, até eu o ter feito. Nem a compreendeu por ter visto outra frase muito semelhante, pois duvido de que alguém tenha alguma vez formulado uma frase remotamente parecida a 1.

O leitor poderá dizer que compreendeu 1, porque fala português e porque a frase está em português. Isso é, até certo ponto, verdadeiro, mas limita-se a adiar um pouco mais o mistério. Como consegue o leitor «falar português», dado que isso inclui conseguir formular e compreender não apenas expressões elementares como «Tenho sede», «Cala a boca» e «Mais molho», mas também frases novas como 1? Essa capacidade é *verdadeiramente espantosa* e muito mais difícil de explicar do que a capacidade para respirar, comer ou caminhar, que os fisiólogos já compreendem razoavelmente bem.

Uma pista é perfeitamente óbvia depois de alguma reflexão: 1 é uma sequência de palavras, palavras portuguesas, que o leitor compreende individualmente. Assim, parece que o leitor compreende 1, porque compreende as palavras que nela ocorrem e compreende algo sobre o modo como essas palavras estão ligadas entre si. Como veremos, esse é um facto importante, mas, para já, é apenas sugestivo.

Falámos até agora de uma capacidade humana: formular e compreender discursos. Mas considerem-se as próprias expressões linguísticas, enquanto objetos de estudo em si:

- 2) w gfjsdkhj jiofbglglf ud.
- 3) É perigoso espalhar gasolina pela sua sala de estar.
- 4) Bom de fora pedante o um o o porquê.

As frases 1–4 são, sem exceção, sequências de marcas (ou de ruídos, se forem proferidas em voz alta). Mas diferem radicalmente uma da outra: 1 e 3 são frases com significado, ao passo que 2 e 4 são algaraviadas. A frase 4 difere de 2 por conter palavras portuguesas individualmente com significado, mas as palavras não estão ligadas de modo a constituírem uma frase, e, em conjunto, não querem dizer coisa alguma.

Certas sequências de ruídos ou marcas têm, então, uma característica a um tempo de natureza rara e que precisa urgentemente de explicação: *significam algo*. E cada uma destas sequências tem a propriedade mais específica de significar algo em particular. Por exemplo, 3 significa que é perigoso espalhar gasolina pela sua sala de estar.

Assim, o nosso estudo filosófico da linguagem começa com os dados seguintes:

- Algumas sequências de marcas ou ruídos são *frases com significado*.
- Cada frase com significado tem partes que também têm significado.
- Cada frase com significado significa algo em particular.
- Quem domina uma língua tem a capacidade de compreender muitas das frases dessa língua, sem esforço e quase instantaneamente, e formula também frases do mesmo modo.

Todos estes dados precisam de explicação. Uma sequência de marcas ou ruídos tem significado em virtude do quê? Em virtude do quê, uma sequência dessas significa o que distintamente significa? E, uma vez mais, como conseguem os seres humanos compreender e formular discursos com significado apropriado?

A teoria referencial

Há uma explicação atraente e de senso comum de todos os factos anteriores — tão atraente, que as pessoas, na sua maior parte, pensam nela quando têm por volta de dez ou onze anos. A ideia é que as expressões linguísticas têm os significados que têm, porque *estão em lugar das coisas*; o seu significado reduz-se a essas coisas. Deste ponto de vista, as palavras são como etiquetas; são símbolos que representam, designam, nomeiam, denotam ou referem itens no mundo: o nome «Adolf Hitler» denota (a pessoa) Hitler; o substantivo «cão» refere cães, tal como a palavra francesa «*chien*» e a alemã «*Hund*». A frase «O gato sentou-se no tapete» representa um dado gato a sentar-se num dado tapete, presumivelmente porque «o gato» designa esse gato, «tapete» designa o tapete em questão e «sentou-se no» denota (se quisermos) a relação de se sentar. As frases espelham, assim, os estados de coisas que descrevem e é desse modo que significam essas coisas. Na sua maioria, é claro, as palavras estão *arbitrariamente* associadas às coisas que referem; alguém decidiu simplesmente que Hitler se chamaria «Adolf», e a inscrição, ou som, «cão» poderia ter sido usada para significar qualquer coisa.

Esta teoria referencial do significado linguístico explicaria o significado de todas as expressões em função de terem sido, de forma convencional, associadas a coisas ou estados de coisas do mundo e explicaria a compreensão que um ser humano tem de uma frase em função de essa pessoa saber o que referem as palavras que a compõem. É uma perspectiva natural e atraente. Na verdade, pode parecer obviamente correta, pelo menos até ver. E seria muito difícil negar que a referência ou nomeação é a relação mais clara e habitual entre uma palavra e o mundo. Contudo, ao examiná-la, a teoria referencial enfrenta, desde logo, sérias objeções.

Objeção 1

Nem toda a palavra nomeia verdadeiramente ou denota um objeto qualquer de facto existente.

Primeiro, temos os nomes de itens *inexistentes*, como *Pégaso* ou o Coelhoinho da Páscoa. «*Pégaso*» não denota coisa alguma, porque,

na realidade, não existe nenhum cavalo alado que esse nome denote. (Discutiremos algo detidamente estes nomes, no Capítulo 3.) Ou considerem-se pronomes de quantificação como o seguinte:

5) Ninguém viu a Marta.

Seria uma piada gasta tomar «ninguém» como se fosse um nome e responder: «E onde é que ele a viu?» (Lewis Carroll: «“Por quem passaste na estrada?” [...] “Por ninguém” [...] “Então é claro que ninguém caminha mais devagar do que tu.”»¹ E o poema de e. e. cummings *anyone lived in a pretty how town*² faz pouco sentido até o leitor se aperceber de que cummings está a usar perversamente expressões como «*anyone*» e «*no one*» enquanto nomes de pessoas individuais.)

Segundo, considere-se uma frase simples sujeito-predicado:

6) O Raul é magro.

Apesar de «Raul» poder nomear uma pessoa, o que nomeia ou denota «magro»? Não é um indivíduo. Não nomeia certamente o Raul, mas descreve-o ou caracteriza-o (com justiça ou não).

Poderíamos sugerir que «magro» denota algo abstrato; por exemplo, este e outros adjetivos poderiam referir *qualidades* de coisas (ou «propriedades», «atributos», «particularidades», «características», etc.). Poder-se-ia dizer que «magro» nomeia a magreza em abstrato ou, como Platão diria, O Próprio Magro. Talvez seja isso que 6 diz: que o Raul tem ou exemplifica ou é um espécime da qualidade da magreza. Nessa interpretação, «é magro» significaria «tem magreza». Mas então, se tentarmos pensar no significado da relação entre sujeito e predicado como uma questão de concatenar o nome de uma propriedade com o nome de um indivíduo usando a cópula «é», precisaríamos de uma segunda entidade abstrata representada pelo «é», digamos, a relação de «posse», dado ser o indivíduo que tem a propriedade. Mas isso, por sua vez, faria 6 significar algo como «O Raul tem a relação de posse quanto à magreza», de modo que precisaríamos de uma terceira entidade abstrata para ligar a nova

relação de «ter» com o indivíduo original mais a relação e a propriedade, e assim por diante — sem fim, para todo o sempre. (Quem fez notar esta regressão infinita foi F. H. Bradley, 1930: 17–18.)

Terceiro, há palavras que são gramaticalmente substantivos, mas que, intuitivamente, não nomeiam coisas individuais nem tipos de coisas — nem sequer «coisas» inexistentes ou itens abstratos, tais como qualidades. Quine (1960) dá os exemplos de «prol», «bel» e «mor».* Por vezes, fazemos algo em prol de uma causa ou a nosso bel-prazer, mas não como se um prol ou um bel fosse um tipo de objeto que se pode levar a passear na rua por uma trela. Ou faz-se algo por mor da liberdade, mas um mor não é uma coisa nem um tipo de coisa. (Eu nunca soube com certeza o que é um «imo» ou um «conluio».) Apesar de serem substantivos, palavras como estas não têm decerto significado por referirem tipos particulares de objetos. Parecem ter significado apenas por mor de ocorrerem em construções mais longas. Por si, dificilmente se pode afirmar que signifiquem seja o que for, embora sejam palavras e até palavras com *significado*.

Quarto, além dos substantivos, muitas outras partes do discurso não parecem sequer referir coisas de qualquer género ou seja de que modo for: «muito», «de», «e», «o», «um», «sim» e, já agora, «hei» e «ai!». Contudo, claro que tais palavras têm significado e ocorrem em frases que qualquer pessoa que fale competentemente português compreende.

(Nem toda a gente está convencida de que a teoria referencial esteja assim tão decisivamente refutada, mesmo com respeito ao último grupo, o das palavras que mais claramente não são referenciais. Na verdade, Richard Montague (1960) dispôs-se a construir uma teoria sofisticadíssima e muito técnica, na qual mesmo a palavras como estas se atribui efetivamente referentes de um género muitíssimo abstrato, e elas têm significado, pelo menos em parte, por referirem o que supostamente referem. Teremos mais a dizer sobre o sistema de Montague no Capítulo 10.)

* «*Sake*», «*behalf*» e «*dint*», no original de Quine, foram adaptadas deste modo na edição brasileira de *Word and Object* (STEIN, Sofia [trad.]; MURCHO, Desidério [trad.], *Palavra e Objeto*, Petrópolis, Vozes, 2009). [N. do T.]

Objeção 2

Segundo a teoria referencial, uma frase é uma lista de nomes. Porém, uma mera lista de nomes não diz coisa alguma.

7) Frederico Marta Ireneu Filipa.

A sequência 7 não pode ser usada para asserir seja o que for, mesmo que a Marta ou o Ireneu seja uma entidade abstrata e não um objeto físico. Poder-se-ia supor que, se o nome de um indivíduo for concatenado ao nome de uma qualidade, como em 8, a sequência daí resultante teria um significado normal de sujeito e predicado, afirmando que o Raul é magro.

8) O Raul magreza.

(No início da sua carreira, Bertrand Russell sugeriu que, ao escrever uma lista de nomes dos géneros adequados de coisas na ordem certa, formar-se-ia o nome coletivo de um *estado de coisas*.) Mas 8 é, na verdade, agramatical. Para lhe dar um significado normal de sujeito e predicado, seria necessário inserir um verbo, como em 9, o que daria origem, uma vez mais, à regressão de Bradley.

9) O Raul (tem/exemplifica) magreza.

Objeção 3

Como veremos e discutiremos nos próximos dois capítulos, há fenómenos linguísticos específicos que parecem mostrar que o significado não se esgota na referência. Em particular, os termos correferenciais muitas vezes não são sinónimos; isto é, dois termos podem partilhar o seu referente, mas ter diferentes significados — como «Jorge Mario Bergoglio» e «o Papa», por exemplo.

Parece que devemos concluir que tem de haver pelo menos uma maneira de uma expressão ter significado que não em virtude de nomear algo, aplicando-se isto até possivelmente a algumas expressões que realmente nomeiam coisas. Há várias teorias do significado que vão além da teoria referencial, apesar de todas enfrentarem as

suas próprias dificuldades. Veremos algumas delas e as respetivas dificuldades na Parte II. Mas primeiro, nos próximos três capítulos, examinaremos melhor a natureza do ato de nomear, da referência e de noções semelhantes, em parte, porque a referência continua a ser importante em si, apesar das inadequações da teoria referencial do significado, e, em parte, porque uma discussão da referência ajudar-nos-á a introduzir alguns conceitos de que precisaremos ao avaliar as teorias do significado.

Resumo

- Algumas sequências de marcas ou ruídos são *frases com significado*.
- É um facto espantoso que qualquer pessoa normal consiga apreender instantaneamente o significado de uma frase, mesmo que seja muito longa e nova.
- Cada frase com significado tem partes que também têm significado.
- Apesar de ser inicialmente atraente, a teoria referencial do significado enfrenta várias objeções poderosas.

Questões

1. Consegue pensar em mais objeções à teoria referencial, tal como foi formulada?
2. Serão as objeções 1 e 2 inteiramente justas, ou haverá réplicas plausíveis que o defensor da teoria referencial poderia apresentar?

Notas

¹ CARROLL, Lewis, *Alice's Adventures in Wonderland and Through the Looking Glass*, Londres, Methuen, 1978, p. 180. [Em português,

INTRODUÇÃO

CARROLL, Lewis, GATO, Margarida Vale de [trad.], *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas e Alice do Outro Lado do Espelho*, Lisboa, Relógio D'Água, 2000.]

- ² CUMMINGS, e. e., *Complete Poems, 1913–1962*, Nova Iorque, Harcourt, Brace, Jovanovich, 1972.

Leitura complementar

- Provavelmente o crítico mais persistente da teoria referencial é Wittgenstein (1953: Parte I). Uma ofensiva wittgensteiniana mais sistemática encontra-se em Waismann (1965a: Cap. 8).
- Em Frege (1892/1952a) e (1892/1952b), encontram-se argumentos do género que subjazem à objeção 3.
- Wolterstorff (1970: Cap. 4) e Loux e Crisp (2017: Cap. 1) oferecem mais discussões sobre a regressão de Bradley.